

## **Análise das Ações Municipais de Fomento a Empresas: um Estudo Específico realizado no Oeste de Santa Catarina**

**Diogo Pereira dos Santos**  
[diogop@unochapeco.edu.br](mailto:diogop@unochapeco.edu.br)  
FURB

**Marianne Hoeltgebaum**  
[marianne@furb.br](mailto:marianne@furb.br)  
FURB

**Denis Alcides Rezende**  
[denis.rezende@pucpr.br](mailto:denis.rezende@pucpr.br)  
PUC\_PR

### **RESUMO**

Este estudo tem o intuito de identificar as reais contribuições das ações municipais de fomento a empresas beneficiadas em um determinado município. A abordagem do estudo é qualitativa quanto ao problema de pesquisa, e caracteriza-se em uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos. A população pesquisada foi de 75 empresas que receberam 143 incentivos/estímulos. Foram utilizadas a análise documental e a entrevista semi-estruturada. A isenção ou redução do ISSQN foi o incentivo/estímulo, que mais trouxe resultado às empresas. Os benefícios gerados às empresas foram à redução de gastos/custos no investimento inicial do negócio; contribuição na geração de empregos; contribuição no aumento de produção e vendas; e crescimento e desenvolvimento das empresas. As vantagens foram o crescimento e o desenvolvimento por meio da redução dos impostos e tributos; o aumento da produção e vendas; e geração de empregos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa de Fomento. Empreendedorismo. Prefeituras.

### **INTRODUÇÃO**

Existe uma grande preocupação abrangendo a região oeste de Santa Catarina, com relação à diversificação da economia, bem como a independência da agroindústria que predomina o cenário econômico.

Com a desvinculação da economia agroindustrial, busca-se o crescimento e o desenvolvimento de outros segmentos empresariais, a fim de gerar postos de trabalho e tornar o mercado menos sensível e dependente do modelo atual existente.

Wennekers; Thurik (1999) afirmam que os países desenvolvidos, no passado, investiram na industrialização, agregando valor à produção, diversificando a economia, onde os empreendedores adotaram novos métodos de produção, diversificaram a economia manufaturando e penetrando novos mercados.

Na tentativa de tornar o mercado da região oeste de Santa Catarina independente do segmento agroindustrial e gerar novos postos de trabalhos, prefeituras municipais dispõem de

ações de fomento a empresas locais, objetivando dar contribuição ao desenvolvimento destas. Segundo Testa *et al.* (1996), a região oeste, além de conter uma economia centrada na agroindústria, é considerada estritamente agrícola, advinda de pequenas propriedades de monocultura, resultando em produtos com baixo valor agregado, contribuindo com baixos resultados financeiros.

É muito importante para os municípios a diversificação de sua economia, atrair novos segmentos de mercado, buscando assim a industrialização e o fortalecimento da economia regional. Estas ações de fomento variam de gestão e municípios, sendo identificadas como incubadoras; terrenos e construções cedidas em comodato; terraplanagens, infra-estrutura de saneamento básico e energia elétrica; isenção de impostos municipais; criação de parques industriais; entre outras.

Entende-se que essas ações são importantes para as empresas beneficiadas, mas questiona-se a suficiência e efetividade aos beneficiados. As gestões públicas municipais dependem de grandes montantes de investimentos para a viabilização destas ações de fomento. Assim este trabalho pretende identificar quais foram as reais contribuições das ações municipais de fomento aa empresas, em um determinado município do oeste de Santa Catarina, às empresas beneficiadas.

## **FOMENTO DE EMPRESAS**

O desenvolvimento de uma região, seu crescimento econômico, o alcance de patamares melhores nos índices de qualidade de vida da sua sociedade, não somente dependem de providências governamentais tanto municipais, estaduais quanto federais, mas, também, e principalmente, da iniciativa e da capacidade de mobilização conjunta não só de seus políticos, mas de seus líderes intelectuais, empresariais e comunitários. Trata-se de coragem política, de vontade política e, em última análise, de deliberação, ação e incentivo.

Camilotti (2001), as potencialidades econômicas, naturais e culturais de uma região apresentam-se, na verdade, como um desafio à habilidade, à criatividade e à determinação por parte de suas lideranças e da sociedade local. Hoje é necessário, contudo, avaliar a situação regional, diante de um quadro permanente e crescente de competitividade. As ações políticas, as soluções, as respostas a cada situação específica cada vez mais dependerão de caminhos, de criatividade, de negociação, de ações conjuntas, quando os interesses forem comuns, de iniciativas que têm seu espaço mais legítimo no nível de cada município e no âmbito de cada região. Ações que podem contribuir para o desenvolvimento local e regional, a melhora da acessibilidade, a provisão de solo industrial para as empresas, a construção de centros de formação para a população e trabalhadores. Um objetivo estratégico das políticas de desenvolvimento local se constitui no fomento da capacidade empresarial e organizativa de caráter local.

Oliveira (2003) diz que, tanto os fatores externos como os internos às empresas são determinantes para estimular ou restringir as atividades empreendedoras. Os fatores externos são aqueles sobre os quais as empresas têm pouco controle, como, por exemplo, os fatores político-econômicos (grau de abertura do mercado, câmbio, juros, incentivos fiscais), os fatores sociais (educação e a qualificação dos recursos humanos, a legislação trabalhista), os fatores de mercado (tamanho, estrutura da concorrência) e as condições de infra-estrutura industrial de um país (energia, transportes e telecomunicações). E os fatores internos que condizem com a tecnologia, conhecimento, são aqueles que podem ser controlados pela empresa e relacionadas à competência do empreendedor, como gestão, recursos humanos, finanças, produção e marketing.

No Brasil, em Santa Catarina, e não é diferente na região oeste, as pequenas e médias empresas constituem o setor de atividade econômica que absorve a grande parte dos

trabalhadores em âmbito nacional. A formação dessas empresas proporciona oportunidades para que as iniciativas individuais e a capacidade empreendedora se desenvolvam, além de contribuir para a geração de novos empregos, e para a absorção da mão-de-obra qualificada ou não-qualificada que está se tornando desnecessária às grandes indústrias. “Na realidade, o relevante para uma empresa não é ser grande ou pequena, mas ter o tamanho certo para a atividade que vai executar”. (CAMILOTTI, 2001, p. 49)

Ainda para Camilotti (2001), as pequenas empresas constituem a dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras do mercado, as geradoras de oportunidades, agente que proporciona empregos mesmo em situações de recessão. Boa parte da oferta de empregos nos países adiantados provém das empresas de pequeno porte, ao passo que as grandes empresas estão reduzindo seus quadros de pessoal devido ao progresso técnico.

Para que as ações empreendedoras sejam realizadas, elas dependem de agentes que as executem e as incentivem. Estes agentes atuam como forças propulsoras ao desenvolvimento. Se as regiões dispõem de um conjunto de recursos (humanos, econômicos, institucionais e culturais), que constituem seu potencial de desenvolvimento; em nível local se detecta, por exemplo, uma estrutura produtiva de acordo com as suas especificidades: mercado de trabalho, capacidade empresarial, recursos naturais, estrutura social e política, tradição e cultura. A partir desta disposição, vários elementos podem ser articulados para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Camilotti (2001) diz que o desenvolvimento local depende da formação de um processo empreendedor e inovador, fortemente articulado e incentivado, onde um dos fatores condicionantes é a atuação dos agentes integradores, fomentadores. Quando as empresas locais formam parte de uma rede de intercâmbios e de relações econômicas, comerciais e tecnológicas, a incerteza se reduz e a sinergia e a cooperação entre as empresas se potenciam, o que provoca um fortalecimento competitivo local, regional. Pelo que foi exposto, percebe-se a necessidade de elaboração de um modelo que possa ser aplicado às regiões, que contemple a atual situação econômica, visando ao desenvolvimento local e regional.

Segundo Oliveira (2003), além dos atributos individuais que caracterizam a figura do empreendedor, ressaltados como fundamentais para determinar iniciativas de criação de empresas, identificamos que taxas mais altas de fundação de empresas são decorrentes, também, de políticas públicas de incentivo aos novos negócios. O desenvolvimento do empreendedorismo e a sobrevivência dos pequenos negócios dependem da infra-estrutura industrial do país, das políticas públicas e do suporte das agências governamentais.

Oliveira (2003), diz que os aspectos básicos que facilitam ou restringem às atividades empreendedoras são a infra-estrutura física (transportes, energia e telecomunicações) e, ainda, recursos para financiamentos de ativos fixos (construções, máquinas e equipamentos) e os demais instrumentos de política econômica que podem ser fatores críticos para o empreendedorismo nos países em desenvolvimento. A geração de novos negócios e, principalmente, a competitividade das empresas, dependem de um conjunto de fatores classificados como sistêmicos e envolvem os aspectos macroeconômicos (legais-regulatórios, internacionais, infra-estruturais, social e político-institucionais), fatores estruturais (mercado, a configuração da indústria e o regime de incentivos e regulação da concorrência) e os fatores empresariais divididos em quatro áreas de competência (inovação, gestão, recursos humanos e produção). Os fatores relacionados à configuração da indústria e aos regimes de incentivos e regulações, são fatores que dão condições que favorecem as pequenas empresas.

Nogueira (1998) afirma que é típico das pequenas e médias empresas buscarem a geração de economias por meio de constituição de pólos regionais de produção, muitas vezes, com o apoio do Estado. A aglutinação espacial tem-se mostrado um mecanismo eficiente para favorecer o acesso, normalmente problemático, a equipamentos sofisticados, serviços tecnológicos e de formação profissional, estruturas comerciais de compras de insumos e

vendas de produtos eficientes, entre outros. Quanto aos regimes de incentivo e regulações, os incentivos fiscais visam a aumentar a capacidade de respostas das empresas diante dos desafios impostos pela economia, e as regulações buscam condicionar suas condutas em direções socialmente desejáveis.

Cunha (1999) diz que as empresas, ao tomar uma decisão de instalar-se em uma região, levam em consideração o deslocamento de produção de bens de menor teor tecnológico – cujos mercados estão saturados nos países desenvolvidos – para os países emergentes, em busca de vantagens de fatores: menor custo de mão-de-obra; custos úteis diversos e obtenção de incentivos fiscais; enfim, assegurar espaço competitivo nos novos mercados.

Oliveira (2003) diz que o Brasil também conta com políticas públicas de apoio às micro e pequenas empresas, por meio das agências de apoio (gestão, treinamentos/capacitação, informações, tecnologia e promoção comercial para citar as principais) aos pequenos negócios, mecanismos de financiamentos e tratamento fiscal diferenciado.

Oliveira (2003) afirma que, na maioria dos países desenvolvidos, os objetivos das políticas de apoio às pequenas empresas não são explicitados de maneira clara, e isso dificulta avaliar se os propósitos foram ou não alcançados. Em suas constatações, muitas frases e afirmações são utilizadas para caracterizar as intenções das políticas públicas. Governos falam em criar uma sociedade empreendedora ou apoiar as pequenas empresas e aumentar sua competitividade para o desenvolvimento econômico, ou até mesmo em fazer surgir postos de trabalho, porém nenhum país desenvolvido apresenta de forma clara os objetivos para cada componente das políticas de apoio às pequenas empresas.

Malheiros (2001) diz que alguns governos costumam criar obstáculos para empresários que querem montar negócios próprios, tanto intencionalmente quanto como consequência de outras decisões de políticas governamentais. Essas barreiras de entrada têm um impacto significativo sobre o crescimento de atividades empresariais. O motivo ocorre quando um governo coloca muitos regulamentos sobre a atividade empresarial privada, estes regulamentos acabam por elevar o custo de administração dos negócios, provocando menores margens de lucro e tornando a atividade empresarial menos atraente aos entrantes em potencial. Os procedimentos burocráticos exigidos para o registro de um negócio costumam ser tão exigentes que acabam por tornar-se uma outra forte barreira ao empreendedorismo.

No que se refere à educação e à cultura, as propostas gerais são: primeiro, melhorar a qualidade da educação e introduzir, em todos os níveis de ensino, disciplinas e conteúdos de empreendedorismo.

Uma maneira de fomentar a mão-de-obra local é o incentivo à abertura por parte dos alunos de graduação de seu próprio negócio, em vez de se desenvolver somente habilidades para a formação de profissionais executivos. Mas, os alunos apresentam deficiências ao final da conclusão de seu curso, principalmente pela: falta de união da prática à teoria, crescimento da necessidade de se formarem empreendedores, falta de cases e estudos sobre empreendedorismo para o desenvolvimento de alunos empreendedores, aumento da necessidade de atuação no mercado de serviços, despreparo por parte da literatura e professores para o desenvolvimento de alunos habilitados nessa área, complexidade legal para a abertura de empreendimentos e dificuldade de acesso a linhas de financiamento para projetos não bem estruturados no mercado (HOELTGEBAUM; RODRIGUES, 2002, p. 3).

E segundo transformar a cultura que valoriza o emprego formal, a fim de fixar o empreendedorismo como uma possibilidade efetiva de carreira.

E para finalizar, Hoeltgebaum (2002) ressalta que é muito importante colaboração das pequenas empresas na economia mundial. Atribui que estas empresas são responsáveis pelo futuro do capitalismo moderno, e que a sociedade deve estimular a presença de novos empreendedores. Os empreendedores são importantes porque, além de abastecer o mercado

industrial e diversificar o mercado de varejo, ajudam a dar mais empregos e distribuir rendas. Assim, nada mais relevante do que apoiar e estimular, com mecanismos eficientes, o surgimento de novas empresas.

## MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A abordagem do estudo é qualitativa quanto ao problema de pesquisa. Caracteriza-se em uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, onde se verifica a existência de ações de fomento a empresas locais.

O período inicial da gestão do novo prefeito foi de 2005-2008, sendo oposição política da gestão passada. Como o período inicial da gestão atual era muito curto, e os relatórios não estavam prontos, decidiu-se pesquisar as ações de fomento da gestão passada que permaneceu na administração do município durante 8 (oito) anos, ou seja, durante 2 (dois) mandatos.

As informações prestadas foram da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Gestão 2005-2008. Os dados foram coletados na Prefeitura Municipal Pesquisada por meio de revisão documental. E para as empresas beneficiadas pelas ações de fomento, utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis.

O presente estudo tem como população todas as empresas localizadas no município pesquisado, que receberam algum tipo de incentivo fiscal ou estímulo material da Prefeitura Municipal durante a gestão 1997-2004, totalizando 75 empresas que foram beneficiadas por 143 ações de fomento. As entrevistas foram realizadas do dia 26/07 ao dia 05/08 por meio de telefone. Para viabilizar a efetividade da pesquisa, um mestrando e mais 2 (duas) bolsistas que foram treinados para realizar as entrevistas. Um primeiro contato foi realizado para agendar um período para que fosse aplicada a pesquisa, para que o entrevistado estivesse disposto e com tempo para responder as perguntas.

<b>Relatório</b>	<b>QTD Absoluta</b>	<b>QTD Relativa</b>
Receberam o incentivo	36	48,00%
Não receberam o incentivo	13	17,33%
Recusaram-se a responder	9	12,00%
Empresas não encontradas	17	22,67%
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Entrevista realizada do dia 26/07 ao dia 05/08 com os responsáveis das empresas beneficiadas pelas ações de fomento

### **Tabela 01 – Relatório de dados das empresas pesquisadas**

Foram identificadas 75 (setenta e cinco) empresas beneficiadas pelas ações de fomento, sendo encontradas e contatadas 58 (cinquenta e oito). Das 58 (cinquenta e oito) empresas contatadas, 9 (nove) empresas recusaram-se a responder à entrevista, resultando em 49 (quarenta e nove) empresas que participaram da pesquisa. Das 49 (quarenta e nove) empresas respondentes, 13 (treze) não receberam nenhum incentivo fiscal ou estímulo material por parte da Prefeitura Municipal, restando apenas 36 empresas que receberam algum incentivo/estímulo. Pode-se contatar que em 8 (oito) anos de gestão, todo esforço despendido na tentativa de contribuir com o crescimento econômico do município, menos de 50% das empresas que pediram apoio da Gestão Municipal, tiveram realmente acesso às ações de fomento. Das 58 (cinquenta e oito) empresas contatadas, 9 (nove) empresas recusaram-se a responder à entrevista, resultando em 49 (quarenta e nove) empresas que participaram da pesquisa.

A análise documental foi utilizada para a formulação do questionário, delimitação da população e melhor interpretação das informações dadas pelos respondentes.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Das 49 (quarenta e nove) empresas respondentes, 13 não receberam nenhum incentivo fiscal ou estímulo material por parte da Prefeitura Municipal, restando apenas 36 empresas que receberam algum incentivo/estímulo. Pode-se contatar que em 8 anos de gestão, todo esforço despendido na tentativa de contribuir com o crescimento econômico do município, menos de 50% das empresas que pediram apoio da Gestão Municipal, tiveram realmente acesso às ações de fomento.

<b>Ações de fomento</b>	<b>QTD Relativa</b>
Incentivos Fiscais	70,13%
Estímulos Materiais	29,87%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>
<b>Incentivos/estímulos</b>	<b>QTD Relativa</b>
Alvarás	29,37%
IPTU	11,19%
ISSQN	29,37%
Pavimentação	2,10%
Serviços de máquinas	16,08%
Terreno	11,89%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estímulos materiais</b>	<b>QTD Relativa</b>
Pavimentação	13,04%
Serviços de máquinas	52,17%
Terreno	34,78%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Entrevista realizada do dia 26/07 ao dia 05/08 com os responsáveis das empresas beneficiadas pelas ações de fomento

**Tabela 02 – Número de ações municipais e incentivos/estímulos válidos**

As empresas que receberam incentivos/estímulos totalizaram 36, as quais tiveram a total condição de responder todas as perguntas da entrevista. Das 49 empresas participantes da pesquisa, somente as 13 que não receberam incentivos/estímulos não responderam às questões condizentes à caracterização da ação de fomento. As 36 empresas que realmente foram beneficiadas pelas ações de fomento receberam 77 ações válidas, sendo de 54 incentivos fiscais e, 23 estímulos materiais válidos.

Das empresas participantes da pesquisa, mais de 47% responderam que o incentivo/estímulo não foi suficiente, 25% das empresas responderam que a ação de fomento não foi totalmente suficiente, ou em partes, e apenas 27,78% dos respondentes ficaram satisfeitos com o incentivo/estímulo recebido. A falta de foco e direcionamento das ações de fomento acabam não contribuindo efetivamente com as empresas, devido à dispersão de recursos e a abrangência das intenções do programa de ação. Assim confirma que os programas municipais devem focar um número pequeno de segmentos de mercado para que os recursos sejam suficientes para o real desenvolvimento do setor e, conseqüentemente, das empresas.

Os incentivos/estímulos advindos do poder público federal, estadual ou municipal, citados como necessários pelos respondentes, foram: infra-estrutura para instalação/ampliação das empresas; financiamento acessível com juros baixos; isenção/redução de impostos/tributos; programas de incentivo à exportação; e instituições que treinem, capacitem

e qualifiquem os gestores e funcionários das empresas. A criação e manutenção de programas de fomento mais completos com recursos federais e estaduais e gestão municipal, para aproximar-se dos problemas locais, poderiam atender as reais necessidades das empresas e contribuir para o seu crescimento, desenvolvimento e competitividade, mas com investimentos significativos em segmentos que o município tenha condições de desenvolver através de recursos disponíveis localmente. Tanto as empresas que receberam quanto as que não receberam incentivos/estímulos, têm reivindicações similares quanto às ações municipais de fomento ao empreendedorismo.

## **PRINCIPAIS CONCLUSÕES**

O governo dispõe ações de fomento a empresas e ao empreendedorismo. Essas ações visam fomentar empresas e ao empreendedorismo, objetivando o desenvolvimento econômico local. Existe uma grande preocupação abrangendo a região oeste de Santa Catarina, com relação à diversificação da economia, bem como a independência da agroindústria que predomina o cenário econômico.

Com a desvinculação da economia agroindustrial, busca-se o crescimento e o desenvolvimento de outros segmentos empresariais, a fim de gerar postos de trabalho e tornar o mercado menos sensível e dependente do modelo atual existente.

Algumas grandes empresas, principalmente de produtos com baixo valor agregado, buscam na tecnologia e mecanização uma forma de reduzir custos e produzir em massa. Mas com o foco em modernização dos parques fabris, as empresas pagam baixas remunerações a seus colaboradores ou demitem com a substituição da mão-de-obra pela mecânica. Essa situação de demissão e pagamento de baixa remuneração é resultado de um processo irreversível de investimento em tecnologia, evolução e busca pelo baixo custo de produção, quando se trata de grandes e modernas empresas. Torna-se prejudicial à dependência de uma sociedade a um segmento único desenvolvido de mercado.

A Prefeitura estudada dispõe e investe recursos em ações de fomento a empresas locais e para empresas que desejam instalar-se no município. As ações variam com relação aos incentivos/estímulos, e a prefeitura não lista e analisa os resultados, benefícios gerados às empresas beneficiadas. A Gestão pública deveria analisar a real contribuição das ações existentes, objetivando a eficácia na administração e aplicação dos

recursos direcionados ao benefício das empresas, para dispor de ações que realmente venham ao encontro das necessidades das empresas requerentes, sendo este o problema de pesquisa.

Este estudo teve como questão de pesquisa e objetivo geral identificar quais foram as reais contribuições das ações municipais de fomento às empresas beneficiadas em um determinado município do oeste de Santa Catarina. A isenção ou redução do ISSQN foi o incentivo/estímulo que mais trouxe resultados às empresas, segundo os responsáveis pelas empresas beneficiadas. Os benefícios gerados às empresas, advindos das ações de fomento, foram a redução de gastos/custos no investimento inicial do negócio; contribuição na geração de empregos; contribuição no aumento de produção e vendas; e crescimento e desenvolvimento das empresas.

Pressuposto foi confirmado, onde as ações municipais destinadas ao fomento não contribuem suficientemente com as reais necessidades das empresas beneficiadas e que os gestores municipais estão investindo recursos em ações de fomento que não resultam em diferenciais significativos às empresas. Das 36 (trinta e seis) empresas contempladas pelas ações de fomento, 47,22% (quarenta e sete vírgula vinte e dois por cento), ou seja, 17 (dezessete) empresas responderam que as ações não contribuíram no suprimento de suas necessidades. 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, 9 (nove) empresas responderam que as ações contribuíram em parte com o suprimento das necessidades, e apenas 27,78% (vinte sete vírgula setenta e oito por cento), ou 10 (dez) empresas disseram que suas necessidades foram atendidas pelas ações municipais de fomento. Analisa-se que partindo de 75 (setenta e sete) empresas, que a princípio foram beneficiadas pelas ações de fomento, apenas 10 (dez) das empresas que receberam estão satisfeitas com o apoio recebido da Gestão Pública Municipal, ou seja, menos de 13%.

As principais ações municipais identificadas dividem-se em incentivos fiscais (Isenção e redução das taxas de Alvarás, IPTU e ISSQN) e estímulos materiais (Pavimentação asfáltica, serviços de máquinas e terrenos em comodato). Por meio da pesquisa documental foram identificadas e listadas todas as ações de fomento relacionando as empresas, os tipos de incentivos/estímulos concedidos a cada empresa, bem como as Resoluções e Decretos que as concederam e data de concessão.

De acordo com os entrevistados, as vantagens dos incentivos foram o crescimento e desenvolvimento por meio da redução dos impostos e tributos; o aumento da produção e vendas; e geração de empregos. As desvantagens foram a burocratização para o acesso ao incentivo/estímulo e a pouca redução dos impostos e tributos. Os entrevistados sugeriram que a Prefeitura municipal teria que investir em parques industriais com toda a infra-estrutura necessária para as empresas instalarem-se (terreno, construção, energia elétrica, cabeamento de telefonia/internet, acesso rodoviário e transporte para os funcionários); redução ou isenção das taxas de alvarás, IPTU e, ISSQN nos primeiros 5 (cinco) anos de abertura das empresas; incentivo e suporte técnico para as empresas que têm condições de exportar, ingressar no mercado externo; e uma unidade de profissionais para treinamento, capacitação e qualificação dos gestores e colaboradores das empresas instaladas.

E a contribuição às empresas, depende da posição que a prefeitura tomar, pois se canalizar os investimentos como referido nas considerações deste estudo, os segmentos que tem condições de desenvolvimento serão realmente beneficiados pelas ações de fomento. Essas ações de fomento deveriam priorizar segmentos de empresas que o município tem condições técnicas, naturais e ambientais de desenvolver, focando a disponibilização dos recursos para poucas empresas, tornado os investimentos efetivos para a administração pública e suficientes para as empresas beneficiadas, com uma avaliação regular dos benefícios gerados



para as empresas e o retorno para o município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMILOTTI, Luciane. **Engenharia da produção na Universidade Federal de Santa Catarina**: procedimentos de integração para o desenvolvimento local a partir dos princípios do empreendedorismo. Florianópolis, 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Ciência Política na Universidade de São Paulo**: economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André-SP. São Paulo, 2002. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo.

HOELTGEBAUM, Marianne. Estratégia de incubamento de empresas de base tecnológica. In: XXII Simpósio de gestão da inovação tecnológica, Salvador. **Anais...** Bahia, novembro de 2002.

HOELTGEBAUM, Marianne; RODRIGUES, Leonel Cezar. Novos mecanismos de incubamento de empresas de base tecnológica. In: XXII Simpósio de gestão da inovação tecnológica, Salvador. **Anais...** Bahia, novembro de 2002.

MALHEIROS, Rita de Cássia da Costa. **Engenharia da produção na Universidade Federal de Santa Catarina**: as principais barreiras ao empreendimento de novos negócios: um modelo que considera as condições do empreendedor na configuração dessa percepção. Florianópolis, 2001. 215 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

NOGUEIRA, Alberto Marcos. Reflexões sobre o desenvolvimento regional brasileiro no contexto atual: globalização, blocos regionais e políticas públicas. **Cadernos de economia**, Chapecó, ano 2, n. 2, p. 67-79, março 1998.

OLIVEIRA, Dílson Campos de. **Mestrado Profissional em Administração na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**: ações de apoio ao empreendedorismo e perfil do empreendedor. Belo Horizonte, 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense (proposição para discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996.

WENNEKERS, Sander; THURIK, Roy. **Linking entrepreneurship and economic growth**. Small Business Economics 13: 27-55, 1999. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.